

Artigo 15.º

Penalidades

Quando for retirada, no todo ou em parte, temporária ou definitivamente, a faculdade de exercer a actividade médico-veterinária em Portugal, quer a cidadão português, quer a natural de outro Estado membro, as autoridades competentes assegurarão a apreensão, temporária ou definitiva, da carteira profissional ou outro documento comprovativo da capacidade legal para o exercício daquela actividade e darão do facto conhecimento ao Estado membro de origem ou de proveniência do interessado.

Artigo 16.º

Competências

Compete à Direcção-Geral do Ensino Superior confirmar, quando solicitada pelas autoridades competentes dos outros Estados membros:

- a) A autenticidade da carta de curso de licenciatura em Medicina Veterinária;
- b) Confirmar se um determinado curso de licenciatura em Medicina Veterinária satisfaz aos requisitos de formação previstos na Directiva n.º 78/1027/CEE.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Setembro de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto* — *Roberto Artur da Luz Carneiro* — *José Albino da Silva Peneda*.

Promulgado em 26 de Outubro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Outubro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Anexo a que se refere o artigo 2.º

Os diplomas, certificados e outros títulos referidos no artigo 2.º são os que, desde que emitidos pelas autoridades e organismos competentes, a seguir se indicam:

1) Bélgica:

Le diplôme légal de docteur en médecine vétérinaire/wettelijk diploma van doctor in de veeart senijkende of doctor in e diergeneeskunde (diploma legal de doutor em Medicina Veterinária), emitido pela universidade do Estado, pelo júri central ou pelos júris de Estado do ensino universitário;

2) Dinamarca:

Bevis for bestaet kandidateksamen i veterinaervidemkab (cand.-med. vet.) (certificado comprovativo da passagem no exame do candidato a médico veterinário), emitido por Kongelige Veterinaer-og Landbohøjskole;

3) República Federal da Alemanha:

- a) *Zeugnis über die tierärztliche Staatsprüfung* (certificado de exame de Estado de veterinário), emitido pelas autoridades competentes;
- b) Os certificados das autoridades competentes da República Federal da Alemanha que comprovem a equivalência dos títulos de formação emitidos depois de 8 de Maio de 1945, pelas autoridades competentes da República Democrática Alemã com o título mencionado em a);

4) França:

O diploma de *Docteur-vétérinaire d'État*;

5) Grécia:

Δίπλωμα Κτηνιατρικής Σχολής του Πανεπιστημίου Θεσσαλονίκης (diploma da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Salonica);

6) Irlanda:

- a) O diploma de *Bachelor in/of Veterinary Medicine (MVB)*;
- b) *The Diploma of Membership of the Royal College of Veterinary Surgeons (MRCVS)*, obtido na sequência de um exame após um ciclo de estudos efectuado numa escola veterinária na Irlanda;

7) Itália:

Il diploma di laurea di dottore in medicina veterinaria accompagnato del diploma d'abilitazione all'esercizio della medicina veterinaria, emitido pelo Ministro da Instrução Pública com base nos resultados do júri do exame do Estado competente;

8) Luxemburgo:

- a) *Le diplôme d'État de docteur en médecine vétérinaire* (diploma do Estado de doutor em Medicina Veterinária), emitido pelo júri de exame do Estado e visado pelo Ministro da Educação Nacional;
- b) Os diplomas que conferem um grau de ensino superior de medicina veterinária emitido num dos países da Comunidade e que dê acesso ao estágio sem dar acesso à profissão, que tenham obtido a homologação do Ministério da Educação Nacional, de acordo com a Lei de 18 de Junho de 1969, relativa ao ensino superior e à homologação dos títulos e graus de ensino superior estrangeiros acompanhados do certificado de estágio visado pelo Ministro da Saúde Pública;

9) Países Baixos:

- a) *Het getuigschrift van met goed gevold afgeleid diergeneeskundig examen* (certificado comprovativo da passagem no exame de Medicina Veterinária);
- b) *Het getuigschrift van met goed gevold afgeleid veeartsenijkundig examen* (certificado comprovativo da passagem no exame de Medicina Veterinária);

10) Reino Unido:

The degree (os diplomas):

Bachelor of Veterinary Science (BVSc.);
Bachelor of Veterinary Medicine (Vet. MB ou BV et Med.);
Bachelor of Veterinary Medicine Surgery (BVM and S ou BVMS);

The diploma of membership of the Royal College of Veterinary Surgeons (MRCVS), obtido na sequência de um exame após o ciclo completo de estudos efectuado numa escola veterinária no Reino Unido.

11) Espanha:

Título de licenciado em Veterinária (título de licenciado em Veterinária), conferido pelo Ministério da Educação e da Ciência.

Decreto-Lei n.º 400/89

de 10 de Novembro

Considerando que Portugal terá, a partir de 1 de Janeiro de 1991, de submeter-se à disciplina comunitária relativamente às operações de intervenção no mercado vitivinícola, observando até àquela data, nomeadamente, as operações de intervenção previstas no Decreto-Lei n.º 517/85, de 31 de Dezembro, e promovendo o saneamento qualitativo do mercado, nos termos do Regulamento (CEE) n.º 822/87 do Conselho, de 16 de Março;

Considerando que o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) tem uma estrutura adequada ao conhecimento dos dados estatísticos do mercado interno e externo, ao exercício da disciplina, ao acompanhamento da evolução dos preços e também do cadastro vitícola, para o que dispõe do registo dos agentes económicos do sector, dos meios sensoriais e laboratoriais para a classificação dos produtos víquicos, das delegações localizadas em todas as regiões produtoras e preparadas para a realização das tarefas básicas do processo;

Considerando que a ex-Junta Nacional do Vinho não foi absorvida em termos estruturais pelo Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas, mas antes substituída pelo IVV, o qual, além de incluir o sector do vinho, integrou também o da vinha, por se reconhecer que o sector vitivinícola tem de ter tratamento diferenciado pelas suas especificidades, já que vinho e vinha são indissociáveis, quer para efeitos do controlo da produção, quer para efeitos de gestão do mercado;

Considerando que, ao optar-se pela integração vertical do sector vitivinícola, se deverá também optar para que a acção de intervenção no mercado vitivinícola seja atribuição do IVV:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — Ao Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), criado pelo Decreto-Lei n.º 304/86, de 22 de Setembro, com orgânica definida no Decreto Regulamentar n.º 62/87, de 7 de Dezembro, são cometidas as atribuições de organismo de intervenção no sector vitivinícola, competindo-lhe neste âmbito, nomeadamente:

a) Actuar como organismo pagador, junto dos agentes económicos ligados ao sector do vinho e derivados, das ajudas nacionais e comunitárias provenientes da Secção Garantia do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA));

b) Fiscalizar e controlar a aplicação das ajudas referidas na alínea anterior.

2 — O disposto no número anterior não prejudica que o Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola continue a ser o único interlocutor com a Secção Garantia do FEOGA.

Art. 2.º Para o desempenho das suas atribuições compete aos órgãos do IVV assegurar a aplicação de todos os instrumentos de organização, orientação e regularização do mercado vitivinícola.

Art. 3.º As operações de intervenção são, nomeadamente, as previstas no Decreto-Lei n.º 517/85, de 31 de Dezembro, e no Regulamento (CEE) n.º 822/87 do Conselho, de 16 de Março.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Outubro de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Luís Gonzaga de Sousa Morais Cardoso*.

Promulgado em 26 de Outubro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 28 de Outubro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto-Lei n.º 401/89

de 10 de Novembro

O n.º 1 do artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 3/88, de 22 de Janeiro, prevê que o enfermeiro director do serviço de enfermagem de hospital seja nomeado de entre enfermeiros-supervisores ou, a não ser possível, de entre enfermeiros com as qualificações referidas no n.º 13 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio. Os primeiros são titulares do grau 4 da carreira de enfermagem e os segundos são enfermeiros-chefes, titulares do grau 3, com as qualificações atrás mencionadas.

No entanto, verifica-se que os enfermeiros-professores, titulares também do grau 4, e os técnicos de enfermagem, titulares do grau 5, reúnem as condições necessárias, em termos de habilitações, para o exercício do cargo.

Verifica-se também, por vezes, que existe dificuldade no recrutamento de enfermeiros naquelas condições, devendo então, nesse caso, ser possível recorrer a enfermeiros do grau 3, com três anos de exercício de funções de chefia, habilitados com um curso de especialização de enfermagem, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio.

Neste sentido, visa o presente diploma conferir aos enfermeiros acima referidos a possibilidade de serem nomeados enfermeiros directores de serviço de enfermagem, verificados que sejam os requisitos de competência e perfil adequado ao desempenho da função.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

Forma de nomeação de enfermeiro-director de serviço de enfermagem

1 — O enfermeiro director do serviço de enfermagem de hospital é nomeado pelo Ministro da Saúde, sob proposta do presidente do conselho de administração, de entre enfermeiros dos graus 5 e 4 da carreira de enfermagem.

2 — A nomeação prevista no número anterior pode, a título excepcional, recair em enfermeiros-chefes (grau 3) com três anos de exercício de funções de chefia, habilitados com um curso de especialização em enfermagem, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Outubro de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Roberto Artur da Luz Carneiro* — *Maria Leonor Couceiro Pizarra Beleza de Mendonça Tavares* — *José Albino da Silva Peneda*.

Promulgado em 31 de Outubro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 2 de Novembro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.